

Mundialização, crise e transição*

SAMIR AMIN

Minha exposição vai se articular sobre a análise daquilo que nos é proposto com o nome vago de mundialização, qualquer que seja a natureza daquilo que é posto em discussão com o nome e com o pretexto da mundialização, e, depois, como enfrentar a questão teórica e prática da alternativa, ou das alternativas, às políticas em curso de realização.

ANÁLISE DA MUNDIALIZAÇÃO

Antes de mais nada: o que é tal mundialização? Proponho a vocês analisá-la em duas perspectivas diversas. Em primeiro lugar, vamos considerar a mundialização como dimensão mundial da estratégia ofensiva do capital, ponto de vista unilateral do capital dominante, que toma o nome de política neoliberal. Nesse sentido, quero apresentar a mundialização como uma utopia em sentido negativo: a utopia neoliberal de gestão do mundo segundo as lógicas e as exigências unilaterais do capital dominante. Em segundo lugar, proponho a vocês examinar a mundialização como uma estratégia de gestão da crise, de gestão do caos produzido pelo domínio unilateral do capital.

Começamos portanto com a mundialização como dimensão mundial das estratégias políticas chamadas de neoliberais. Em volta do termo “neoliberal” se constroem pensamentos aparentemente lógicos, coerentes, até baseados no conhecimento científico da realidade social, mas, na verdade, trata-se de ideologias no pior sentido do termo, carantes de qualquer fundamento científico, uma série de mitos falsos, a partir do momento em que o que se proclama fazer é totalmente diverso daquilo que de fato se faz. É nesse contexto que se deve desmascarar o discurso neoliberal, a sua falta de fundamentos, demonstrando que não pode funcionar na realidade conforme suas próprias pretensões, e que serve para ocultar estratégias e ações concretas que não têm nada a ver com o neoliberalismo.

O mito fundador dessa ideologia, o seu núcleo duro, é a tese do mercado auto-regulador e auto-regulado, capaz de produzir uma espécie de equilíbrio socialmente ótimo, na medida do melhor que é possível numa sociedade humana.

Não quero aqui fazer a crítica teórica dessa afirmação, isto é, daquilo que nos é apresentado como *economia pura*, uma pura cretinice que não tem nada a ver com a realidade; não vou portanto me alongar em mostrar que *ela* nunca conseguiu *demonstrar* a própria tese fundamental: o mercado como entidade auto-reguladora e auto-regulada, e que, conseqüentemente, essa pseudociência, não obstante suas pretensões, é uma paraciência, análoga à parapsicologia em sua relação com a psicologia científica, ou à metafísica do *Pai Ubu* em relação à física, ou à feitiçaria, com a qual guarda muitas semelhanças em relação às ciências da natureza. Não vou insistir neste ponto, mas tentarei, pelo contrário, mostrar como o mercado, ou aquilo que se chama mercado — visto que se trata em qualquer caso de uma definição misticadora — é sempre e necessariamente regulado, e a questão é saber como e por quem é regulado, em proveito e no interesse de quem, e no quadro de qual visão, de qual projeto da sociedade, de qual relação entre as forças sociais.

Todas as sociedades, pré-capitalistas, capitalistas, e provavelmente também as pós-capitalistas, que somos capazes de imaginar, são reguladas. Quero chamar a atenção sobre as formas da regulação que dominaram o segundo pós-guerra, um período hoje totalmente encerrado. A derrota dos fascismos criou relações políticas e sociais relativamente mais favoráveis, ou seja, menos desfavoráveis, para as classes operárias nos países desenvolvidos e para os povos nas regiões mais vulneráveis do sistema mundial. Com essa base se estabeleceram compromissos sociais e históricos que podem ser julgados de forma positiva ou negativa, mas que têm concretamente funcionado, obrigando o capital a se adequar às suas exigências, e constituíram a base do crescimento relativamente excepcional, mesmo que distribuído de modo desigual, com sucessos e fracassos, que caracterizou o período do segundo pós-guerra. Qual foi o compromisso que regulou a reprodução de capital, também nos países assim chamados socialis-

* Traduzido de Vv. Aa, *Globalizzazione e transizione* (Milão: Edizioni Punto Rosso), pp. 7-16. Tradução de Giovanni Menegóz.

tas? Foi o compromisso social e histórico entre capital e trabalho, um compromisso que definiu o *Welfare State* no quadro nacional, com sua realização através das assim chamadas políticas keynesianas, etc. Compromisso entre as forças da classe operária, de um lado, fortalecidas pela derrota do fascismo, e o capital, do outro, que permanecia dominante. Esse compromisso nasceu de revoluções multidimensionais, com uma dimensão socialista, mas também com dimensões populares, democráticas, desmentidas depois pela evolução sucessiva, burguesas em muitos aspectos, nos países do Leste, a partir da revolução russa e, depois, a partir da revolução chinesa e outras (vietnamita, cubana, etc.). Sempre no interior desse compromisso social, se definiu também o projeto de Bandung, isto é, de construção nacional e popular imposta pelas vitórias mais ou menos gloriosas, ou limitadas aos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo, ou, no caso da América Latina, o *desenvolvimentismo*. O conjunto dessas determinações, que funcionaram não somente como modos de reprodução da acumulação mas também como modos de gestão política, cultural e ideológica das sociedades, permitiu ou também criou o campo de uma mundialização que eu qualificaria mundialização negociada, no interior da qual as relações entre as nações, de qualquer modo competitivas e conflituosas também no aspecto militar, se davam por meio de processos de negociação; uma mundialização regulada, enfim.

Trata-se de uma fase que acabou, não porque tenha se tratado de um projeto absurdo, irracional, de um fracasso, mas, pelo contrário, foi o próprio sucesso, em termos de desenvolvimento, crescimento, transformação das estruturas produtivas e sociais, desse conjunto de projetos que rapidamente alcançou seus próprios limites históricos sem ter preparado, como é natural na história, sua superação, o que provocou, em tempos relativamente breves, sua erosão e, depois, seu definitivo desmoronamento em todas as dimensões; não ruiu somente o sistema soviético e o muro de Berlim, mas se exauriram também o *Welfare State* do Ocidente e os projetos de libertação nacional, de construção e modernização dos estados nacionais no Terceiro Mundo.

A mudança nas relações de força produziu um novo equilíbrio favorável ao capital dominante, a ponto de ele acreditar poder impor unilateral e exclusivamente suas próprias lógicas sem nenhuma adequação. A situação virou diametralmente o oposto: enquanto que no passado era o capital que devia se adequar, hoje, por exemplo, nos discursos do Banco Mundial, cabe a nós, aos povos, às classes operárias, aos trabalhadores, às

Nesse sentido, quero apresentar a mundialização como uma utopia em sentido negativo: a utopia neoliberal de gestão do mundo segundo as lógicas e as exigências unilaterais do capital dominante. Em segundo lugar, proponho a vocês examinar a mundialização como uma estratégia de gestão da crise, de gestão do caos produzido pelo domínio unilateral do capital.

nações, nos adequarmos, e não se diz a quê, mas é claro que se trata da adequação aos interesses imediatos do capital dominante. A virada da relação, de quem se adequa a quem, implica também que mudou o sujeito da relação de regulação.

A relação atual das forças conduz à tentativa de eliminar os modos de regulação impostos pelas relações sociais hoje superadas, para substituí-los não com a *deregulation*, a competição, a concorrência nos mercados, com todo o repertório enfim do discurso neoliberal, mas mais precisamente com a regulação secreta, clandestina, dos oligopólios, das multinacionais, do capital dominante, uma regulação criminal, dotada de transparência análoga à do Politburo da Coréia do Norte, ou das reuniões da Máfia, um projeto utopista, capaz somente de gerar o caos. Os neoliberais falam continuamente de aldeia global, mas nós sabemos que a aldeia como forma social se define por meio das formas de solidariedade, enquanto que aqui se propõe a ausência de solidariedade, a lei da selva, o contrário, em suma, da aldeia como imagem da sociedade mundial.

Além disso, nos é proposta uma mundialização com duas dimensões, as trocas comerciais e os movimentos especulativos dos capitais, sem falar nunca da possível mundialização do trabalho. As fronteiras são abertas às mercadorias e aos fluxos de capitais, mas não aos homens; dessa maneira se agrava a polarização, geran-

do uma desigualdade sempre mais profunda entre as diversas áreas geográficas, os países, as regiões, os Estados. Nesse ponto, o discurso neoliberal entra em contradição com sua própria lógica: o fato de que as fronteiras caíam para as mercadorias e os capitais, mas não para a força de trabalho é uma hipocrisia, uma fraude: se os trabalhadores não podem passar livremente, então se deve regular também o fluxo comercial e financeiro. Ao contrário, assistimos à ausência mais total de regras e controles em um caso e à regulamentação mais feroz em um outro.

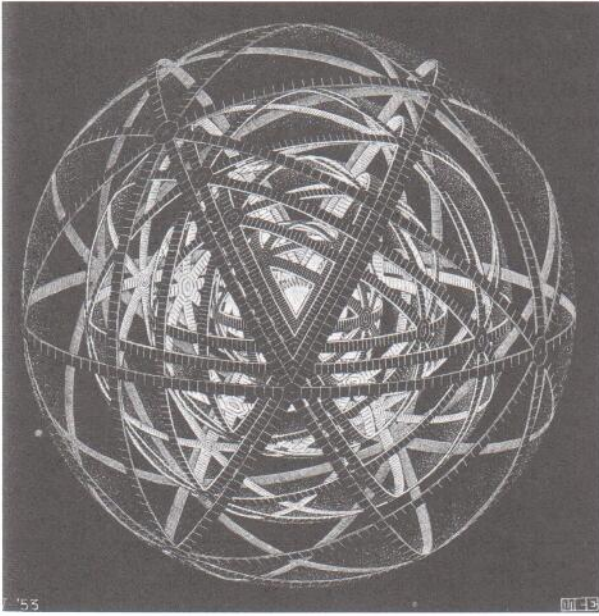
Passemos agora ao segundo aspecto das políticas de mundialização, o aspecto da gestão da crise, em pelo menos dois sentidos. Em primeiro lugar, porque a lógica unilateral do capital, contrariamente ao que afirmam os neoliberais, não gera o crescimento e a reprodução ampliada, mas, ao contrário, agrava a contradição entre as modalidades de distribuição da renda e as exigências do crescimento. A lei unilateral do capital implica sempre, de *per se* e se não encontra obstáculos, uma repartição das rendas nacionais e mundiais de tal nível que gera um *surplus* de capitais que não podem encontrar saída na expansão do sistema produtivo. É essa a contradição mais grave do sistema capitalista mundial, e ela deve ser superada com a financeirização do sistema, criando as oportunidades de investimento para os capitais excedentes para evitar o que os capitalistas mais ricos mais temem, a desvalorização de seus capitais, abrindo saídas financeiras. A dívida externa norte-americana, as dívidas do Terceiro Mundo, a flexibilidade nos câmbios, com suas gigantescas oportunidades de especulação financeira, as privatizações, etc., constituem um todo coerente e eficaz para garantir saídas financeiras ao *surplus*. Para esse objetivo se voltam as políticas concretas do neoliberalismo, e não têm nada a ver com o discurso sobre as virtudes da competição, que é coisa totalmente diversa.

O outro aspecto da gestão da crise é a tentativa, sem solução, como veremos logo, de administrar a destruição dos sistemas políticos. Até hoje, a história moderna, a história do capitalismo, viu a concomitância entre o espaço da gestão em sua dimensão principal de reprodução do capital, vale dizer, a construção de sistemas produtivos relativamente autocentrados, etc., e o espaço da gestão política e social, portanto o espaço dos conflitos entre as classes, dos compromissos entre as classes, das formas de gestão política, democrática ou menos, da sociedade. O lugar dessa concomitância era o Estado nacional, paranacional, plurinacional, o Estado, de qualquer modo, definido pelas suas próprias fronteiras políticas. Ora, perante a

intensificação da mundialização, a virada geral das relações de força sociais, vai se estruturando uma dicotomia que exalta o domínio dos oligopólios, na ausência de espaço político adequado, que deveria ter igualmente uma dimensão mundial. Não existe maturidade nem cultural, nem política, nem institucional para uma gestão como essa. Tem-se então a destruição daquelas formas de gestão política que eram os Estados nacionais, sem que sejam substituídos por um novo modo de gestão da política e da sociedade em escala mundial.

A relação atual das forças conduz à tentativa de eliminar os modos de regulação impostos pelas relações sociais hoje superadas, para substituí-los não com a *deregulation*, a competição, a concorrência nos mercados, com todo o repertório enfim do discurso neoliberal, mas mais precisamente com a regulação secreta, clandestina, dos oligopólios, das multinacionais, do capital dominante, uma regulação criminal, dotada de transparência análoga à do Politburo da Coreia do Norte, ou das reuniões da Máfia, um projeto utopista, capaz somente de gerar o caos.

Eis então que a regulação, a gestão, passam a ter uma dimensão unicamente econômica e esse fato demonstra a natureza utópica, em sentido negativo, do discurso sobre a mundialização. Trata-se de um projeto absurdo, que não pode funcionar e produz somente uma desordem crescente. A história do capitalismo, até hoje, consistiu na gestão do mundo pelo valor, se utilizarmos o termo marxista, ou pela lei do valor, em



formas diversas e nas distintas fases históricas, mas agora é necessário ir além do valor, além do capital se quisermos que a gestão dicotômica do mundo atual não produza a estagnação, a desigualdade, a marginalização e a crise.

O suposto mercado auto-regulador funciona na realidade como espiral autodestrutiva, uma espiral que implica, pela financeirização, uma desigualdade sempre mais espantosa e, portanto, concretamente insuportável para os povos, na distribuição da riqueza e da renda, seja no interior de todas as sociedades do mundo, sem exceções, seja em escala mundial. É preciso introduzir não somente algumas nuances, mas uma análise diferenciada desse funcionamento, levando em consideração, de um lado, as situações mais graves e desesperadoras e, de outro, as regiões ou as zonas nas quais não há crise no sentido de *surplus* de capital e estagnação, mas a acumulação contínua em sentido positivo, a qual continua a ocorrer não obstante os momentos óbvios de crise, dificuldades, problemas.

A gestão atual do mundo se assemelha àquela de um supermercado onde se entra, se compra, se sai e cria, que eu proporia chamar a democracia de baixa intensidade. Pode-se votar na esquerda ou na direita, tudo isso é indiferente a partir do momento em que as decisões verdadeiras são tomadas em outros lugares, no mercado. Por fim, viva a democracia, se quisermos chamá-la assim, desde que não sirva para nada, e o resultado é que se prefere refugiar nos mitos, nas esperanças do fundamentalismo religioso, do tribalismo

étnico, do nacionalismo; essas são as respostas reais à destruição da democracia operada pelo mercado, porque o mercado não é igual à democracia, mas a democracia se constrói na luta pela regulação do mercado.

Se a lógica neoliberal pudesse se desenvolver sem obstáculos, e afortunadamente isso não é possível, teria como único resultado o fortalecimento da polarização em escala mundial — longe, portanto, de reduzi-la — por meio dos cinco novos monopólios do centro: sobre a tecnologia, o controle dos fluxos financeiros, a exploração dos recursos naturais, da comunicação e dos armamentos de destruição em massa. Resultaria de tudo isso a forma de sociedade mais terrível entre todas que o capitalismo produziu no curso de seu desenvolvimento.

TEORIA E PRÁTICA DA ALTERNATIVA

Portanto, é preciso pensar diversamente a ordem mundial, pensar os termos da transição, e então temos de dizer quais formas de regulação são necessárias em todos os níveis: nas sociedades nacionais, em nível regional, em nível global.

Começo pelo nível nacional, porque não se poderá mudar nada se não partirmos daqui; trata-se da base da pirâmide e as coisas não mudam partindo do vértice. Devem mudar as relações entre as forças sociais no interior de todas as sociedades do mundo, do Leste, do Oeste e do Sul, atualmente submetidas às lógicas unilaterais do capital. Os sujeitos do compromisso históricos de ontem, as classes operárias com as suas formações de organização específicas, sindicatos, partidos comunistas ou socialistas, os movimentos de libertação nacional, as formas de gestão estatal ou paraestatal foram enterrados pelo seu próprio sucesso e, alcançados os seus limites históricos foram desmantelados. Então é preciso nos perguntar quais são os sujeitos sociais da nova transformação, da alternativa, da transição. Sou otimista: esses sujeitos já existem, mais ou menos débeis, e constituem zonas de resistência à agressão do capital, uma resistência que aqui e ali se revela vitoriosa. Está na hora de passar da concepção da resistência à da contra-ofensiva, partindo das necessidades que esses movimentos sociais expressam, das maneiras como esses sujeitos históricos imaginam novos projetos de sociedade, no sentido da utopia criadora, não a absurda e destrutiva, começando a se pensar estratégias

políticas, compromissos sociais e formas de regulação dos quais temos necessidade.

Os sujeitos históricos, esses sujeitos sociais existem, mas a história nos ensina que entre o momento da resistência — da formação objetiva dentro da qual é possível se tornar um sujeito histórico ativo, mais ou menos consciente, mesmo que com uma consciência deformada, de modo que os resultados da ação nunca são exatamente aqueles que prefixamos — e o momento da contra-ofensiva decorre sempre um certo tempo: devemos saber esperar, velando e prestando atenção às nossas análises.

O suposto mercado autorregulador funciona na realidade como espiral autodestrutiva, uma espiral que implica, pela financeirização, uma desigualdade sempre mais espantosa e, portanto, concretamente insuportável para os povos, na distribuição da riqueza e da renda, seja no interior de todas as sociedades do mundo, sem exceções, seja em escala mundial.

O segundo nível é o regional. Gostaria de considerar o exemplo da Europa. Os jovens dos diversos países, mesmo mantendo a própria identidade nacional, em um certo sentido são todos europeus, e nisso há um aspecto positivo. E também na América Latina, no mundo árabe ou na África a nova geração é muito menos presa, com relação à fase dos movimentos de libertação nacional, aos Estados nacionais: as pessoas, de um lado, se pensam como cidadãos do mundo e, de outro, como pessoas, indivíduos que vivem em um ambiente regional. É possível que a contradição entre uma dimensão econômica mundializada, que esperamos poder regular, e o definhamento das velhas formas da gestão política ligadas aos Estados nacionais, se resolva na invenção de novas formas de gestão em nível

regional, mais do que em nível nacional, não somente no plano das discussões acadêmicas, mas também no plano concreto da ação. Sobre esse ponto, sou muito crítico a respeito das estratégias, das visões, das políticas, das táticas postas em ação pelas forças políticas do mundo atual em nível regional, e em nível europeu em particular, seja de direita ou de esquerda, lá onde a esquerda existe em termos de forças majoritárias, importantes do ponto de vista eleitoral.

Segundo minha opinião, não existem dois projetos possíveis: um de direita, visando uma Europa com uma economia comum, uma moeda comum, mas arregimentada sobre o neoliberalismo, concorrente dos Estados Unidos e do Japão, e um de esquerda, no modelo das social-democracias européias, obviamente adaptado à nova realidade globalizada. Não existem esses dois projetos: a Europa será de esquerda ou não o será; isto é, ou essa construção regional se conceberá realmente como um elemento da alternativa para além do capitalismo, ou o projeto europeu não terá a força de se realizar no interior da lógica do neoliberalismo, e se resolverá em uma desordem sempre maior, como aconteceu e está acontecendo na ex-Iugoslávia e na ex-União Soviética, e como poderia acontecer em todo lugar, talvez com formas menos brutais. E posso dizer a mesma coisa se pensarmos no mundo árabe, no pan-arabismo da burguesia árabe, ou pelo menos de seus restos, que aceita a mundialização como horizonte único da realidade, tendo por resultado a Coca-Cola em uma mão e o Corão na outra; também esse projeto não pode funcionar, e só produzirá caos e desastres.

Não devemos buscar políticas adequadas às imposições dos oligopólios e das multinacionais, mas, pelo contrário, formas de repolitização da política e de invenção de políticas novas como início da transição para além do capitalismo.

Se as forças da transformação souberem avançar nessa direção, então será possível conceber sem dificuldade uma nova fase da mundialização negociada. Não é difícil, no papel, inventar formas de regulação do mercado de capitais capazes de canalizar os capitais em direção ao investimento produtivo, pôr fim, no plano financeiro, às especulações e conceber uma articulação diferente dos sistemas financeiros, fechar a Organização Mundial de Comercio restituindo-a à sua multinacional de origem, e criar uma outra organização de negociação internacional. Mas a realização de tudo isso depende das relações de força existentes em cada país e em todo o mundo.

Cidadania, nacionalidade, soberania*

ETIENNE BALIBAR

Se partirmos da situação atual, na qual o problema de uma nova forma de cidadania em nível europeu é — seja de maneira puramente simbólica, seja de forma mais séria — repetidamente lembrado e aparece como um entrelaçamento de questões de identidade, participação, representação, organização dos poderes, definição das comunidades e políticas sociais, o primeiro aspecto que devemos discutir é o aspecto histórico de longo prazo. Penso que é necessária uma historicização radical do conceito de cidadania uma vez que se queira compreender como a famosa equação de cidadania e nacionalidade é hoje colocada em discussão. Talvez seja preciso acrescentar um terceiro termo a esta equação, um termo cuja importância não é somente simbólica, mas decisiva no plano material: o termo soberania.

Há muito tempo, do ponto de vista histórico, aceitamos a idéia de uma equação quase natural em nossos países entre o direito de cidadania e a condição nacional. Essa aceitação tem como consequência, e também como pressuposto, uma determinada idéia de soberania. Mesmo sendo um ponto muito delicado, a simples idéia da extensão desse modelo em nível supranacional não pode ser tomada em consideração porque resulta contraditória.

Em muitos aspectos estamos assistindo na Europa a um choque sem possibilidade de composição — que se torna sempre mais intenso nas novas etapas da construção europeia e também através de novas formas de resistência a essa construção — entre a idéia de que a soberania não pode ser definida senão em nível nacional, e portanto uma cidadania ou uma comunidade de cidadãos europeus só pode ser uma cidadania de “segundo grau”, e seria uma visão, talvez parcial ou hipotética, de um Estado europeu supranacional que reproduziria a mesma relação de soberania, território, condição ou controle da população que se desenvolveu na idade moderna no quadro do Estado-nação.

MUDANÇAS NO CONCEITO DE CIDADANIA

A possibilidade de que existam ou sejam criados, em nível europeu ou em outros contextos, modelos de cidadania profundamente diversos ou alternativos à cidadania nacional foge a qualquer reflexão séria. É por causa disso que eu considero essencial o que defini como uma “historicização radical do problema”, exatamente visando fazer emergir ou reintroduzir em nossa consciência histórica o fato de que a história da cidadania é uma história muito longa, uma história complexa, não linear, na qual já foram produzidas modificações, mudanças decisivas, embora, naturalmente, alguns princípios abstratos, essenciais, permaneçam constantes, como o princípio da igual liberdade, que já fazia parte da cidadania grega e foi formulado em termos explícitos sobretudo no direito público romano.

Estranhamente, grande parte das discussões filosóficas e sociológicas, mesmo recentes, em torno dos modelos de cidadania e do conceito de cidadão, permanecem presas aos limites da famosa alternativa entre o antigo conceito de cidadania e o moderno conceito, isto é, a alternativa entre o primado da *polis*, a primazia do todo, do grupo como tal, e a primazia do indivíduo, dos direitos subjetivos, a afirmação da sociedade civil, que seria típica da democracia ou da cidadania moderna.

Esse famosíssimo debate, que envolveu, já desde o início do Oitocentos, filósofos e políticos de todos os países europeus (na França, Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville), reflete as condições de formação do Estado nacional europeu moderno, mas oculta e produz distorções enormes quanto à história real do conceito de cidadão. Quaisquer que sejam as enormes e consideráveis diferenças que podemos encontrar entre a cidadania de um grego de Atenas ou de outra cidade antiga, ou um cidadão romano do tempo da república, ou o cidadão chamado burguês das cidades medievais e das repúblicas italianas dos séculos XV e XVI, e, mais tarde, o cidadão das monarquias para chegar até os Estados nacionais do século XIX, há, evidentemente, um dado constante que permanece sempre presente, que eu chamaria de princípio de fechamento: a idéia de que a cidadania não pode ser universal.

* Conferência realizada no contexto do Encontro “Imaginar a Europa: uma nova cidadania”, promovido pela rede temática “Imaginar a Europa”, do Programa Sócrates da União Europeia (Roma, 6 maio 1998). Publicada em *Crítica Marxista*, Roma, nº 3-4, julho, 1998. Tradução: Giovanni Menegó.